



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Processo nº 3.321/2018-e.
Assunto: Inexigibilidade de licitação.
Ementa: Prestação de serviços de fornecimento de água canalizada e coleta de esgoto. Empresa pública detentora do monopólio do serviço. Contratação por inexigibilidade de licitação. Possibilidade jurídica.

NOTA nº 41/2023-CJP

O processo em apreço cuida dos procedimentos necessários à contratação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário para as dependências do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

O Serviço de Contratos, por meio do Ofício nº 09/2023 (peça nº 99), informa que não é possível a renovação do contrato atual (Contrato nº 08/2018), considerando que o limite de sessenta meses se esgotará na data do vencimento (08/07/2023). Sugere, então, que seja firmado novo contrato, com prazo de vigência indeterminado, com base na nova Lei de Licitações.

A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças afirma que o “saldo orçamentário atual é suficiente para atender a despesa com contratação COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, para prestação, de forma contínua, dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros serviços para as dependências do Consumidor na unidade de consumo localizada no Tribunal de Contas do Distrito Federal, no valor anual estimado de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), sendo o valor de R\$ 68.800,00 (sessenta e oito mil e oitocentos reais) para o corrente exercício”, conforme Reserva Orçamentária nº 32/2023 – SEORC (peça nº 108).

As certidões negativas necessárias à celebração do ajuste foram acostadas à peça nº 104, com exceção das relativas a tributos distritais e de falência e recuperação judicial, que deverão ser solicitadas por ocasião da assinatura do contrato.

O Serviço de Contratos (peça nº 106), após discorrer acerca dos dispositivos legais que devem embasar a contratação, sugere a aprovação da nova contratação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Por fim, o Secretário-Geral de Administração encaminha o feito a esta Consultoria Jurídica, para emissão do competente parecer.

Feito o relatório, passa-se à análise da matéria.

Preliminarmente, observa-se que, no caso em análise, a licitação é inexigível, a teor do art. 74, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, por ser inviável a competição.

Verifica-se que foi juntada a documentação comprobatória para a inexigibilidade de licitação pretendida, com exceção das relativas a tributos distritais e de falência e recuperação judicial, que deverão ser solicitadas por ocasião da assinatura do contrato.

Em relação ao contrato de adesão (peça nº 105), é possível a adoção do prazo indeterminado, nos termos do art. 109 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a CAESB detém o monopólio do serviço a ser contratado. Em outras palavras, *inexistem outros fornecedores, e nem a possibilidade de se auferir ganhos de escala em função do dimensionamento do prazo de vigência contratual. Inclusive o valor da tarifa para abastecimento de água e esgotamento sanitário não é fixado pela CAESB e sim pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA) (peça nº 106).*

Além disso, a minuta reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie.

De qualquer sorte, faz-se necessário que a Administração, anualmente, renove as formalidades da contratação, tais como as relativas à certificação de disponibilidade orçamentária e à regularidade fiscal e trabalhista, bem como a manutenção da contratada como única e exclusiva fornecedora do serviço.

Nesse contexto, esta Consultoria Jurídica, restrita aos aspectos jurídico-formais, manifesta-se de forma favorável à contratação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário para as dependências do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na forma sugerida pelas unidades instrutivas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Brasília-DF, 09 de março de 2023.

Leonardo Henrique D'Andrada Roscoe Bessa
Assessor Jurídico

De acordo.

Encaminhem-se os presentes autos à SEGEDAM.

CARLOS AUGUSTO L. LOPES
Consultor Jurídico